

Ocupações como novos atores coletivos: ressignificações e disputas pelo cotidiano urbano

Occupations as new collective actors: Resignifications and disputes over urban daily life

Luiz Felipe Leal*

Mateus Máximo**

Flávia de Paula Duque Brasil***

Ricardo Carneiro****

Resumo: O artigo interroga o que há de novo nas Ocupações Urbanas que se constituíram nas duas últimas décadas em Belo Horizonte e eventualmente na região metropolitana (RMBH). Argumenta-se que as Ocupações Urbanas configuram novos atores coletivos cujo mote mais amplo de luta por moradia é pelo controle sobre melhores condições para o exercício da vida cotidiana. A partir da inter-relação com estratégias e atores precedentes é possível identificar as Ocupações Urbanas como novos atores coletivos porque operam uma radicalização do próprio cotidiano urbano da coletividade, destacando sua relação com outros atores sociais, apoiadores ou rivais do passado ou do presente. O trabalho ancora-se em contribuições na vertente dos novos movimentos sociais, fundamentalmente em Alberto Melucci (1980; 1989; 1996; 2003) para apreender os processos de constituição de atores coletivos contemporâneos, de suas identidades e formas de ação. A metodologia apoia-se fundamentalmente em revisão bibliográfica por conveniência e levantamentos documentais.

Palavras-chave: Ocupação Urbana. Movimentos Sociais. Luta por Moradia.

Abstract: The article asks what is new about the Urban Occupations that have taken shape over the last two decades in Belo Horizonte and eventually in the metropolitan region (RMBH). It argues that the Urban Occupations constitute new collective actors whose broader frame in the struggle for housing is for control over better conditions for the exercise of daily life.

* Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante da Arquitetas Sem Fronteiras (ASF - Brasil) e da Corporação de Ofício de Arquitetura e Urbanismo (COAU). E-mail: biraleal39@gmail.com

** Graduando em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). E-mail: mateusmaximofjp@gmail.com

*** Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora e professora do Programa de Mestrado da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). E-mail: flavia.brasil@fjp.mg.gov.br

**** Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política, mestre em Economia e graduado em Matemática Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador e professor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). E-mail: ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

From the interrelationship with previous strategies and actors, it is possible to identify the Urban Occupations as new collective actors, highlighting that their relationship with other social actors, characterized as supporters or rivals from the past or present, is a dimension of the collective's own urban daily life. The work is based on contributions from the new social movements perspective, fundamentally Alberto Melucci (1980; 1989; 1996;2003), in order to understand the processes of constitution of contemporary collective actors, their identities and forms of action. The methodology is based fundamentally on a bibliographical review for convenience and documentary surveys.

Keywords: Urban Occupation. Social Movements. Struggle for Housing.

Recebido em: 02/07/2024. Aceito em 19/12/2024.

INTRODUÇÃO

Ainda que nem toda Ocupação Urbana¹ criada recentemente em Belo Horizonte e mesmo na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)² tenha previamente se articulado a algum movimento social organização ou núcleo de famílias sem-casa, parte-se do pressuposto de que, para entender e analisar aspectos das Ocupações, não seria razoável desconsiderar tais atores coletivos a elas vinculadas direta ou indiretamente. Sem impeditivos, Ocupações e movimentos sociais por habitação não raro têm relação direta, mas não se confundem. Por meio de trajetórias diversas, esses atores coletivos mobilizam pessoas e territórios desde contextos passados até a disseminação e consolidação atual de um quantitativo expressivo de novas Ocupações em Belo Horizonte, que se constituem e proliferam notadamente a partir de 2009 – demarcado pela Ocupação Dandara.³

Diversas tradições teóricas buscam lidar com a complexidade da dinâmica contemporânea de configuração de atores coletivos da sociedade civil e suas ações, discutindo a delimitação de conceitos para a realidade social em questão, bem como a incidência de disputas e transformações desta mesma realidade. A própria noção de ator coletivo não se encerra em si mesma, demandando conceitos para analisar sua formação, trajetória e transformações.

Nesse contexto, argumenta-se que as Ocupações Urbanas constituem um ator coletivo novo porque age em correspondência com os processos dialógicos de compartilhamento de significados

¹ O termo Ocupações Urbanas, com letras maiúsculas, se refere à noção de novas ocupações urbanas, debatida neste texto. Trata-se de analisar o contexto recente em que movimentos sociais e/ou famílias organizadas ocupam terrenos ou edifícios ociosos já visando o processo de urbanização e negociação com o poder público, implicados em um planejamento autônomo e centrado na vida cotidiana. Em Ocupações de terrenos, por exemplo, esse planejamento se manifesta, entre outros, no estabelecimento de ruas, quadras e lotes pelos próprios moradores e moradoras.

² O recorte do artigo é o município de Belo Horizonte, contudo, estende-se em alguns momentos o enfoque pelo fato de que algumas ocupações se localizam em áreas limítrofes de outros municípios, em contextos espaciais fortemente influenciados por dinâmicas metropolitanas.

³ A Ocupação Dandara, criada em 2009, contando com um plano urbanístico, pode ser considerada um marco de visibilidade das Ocupações em Belo Horizonte. Contudo, vale mencionar que o “mito fundacional” é a Ocupação Corumbiara, criada em 1996, adiante retomada.

e de (re)construção de sua identidade coletiva, apontando para um horizonte em que o próprio sentido da vida cotidiana possa ser tensionado. Ao construir territórios que figuram como um bairro, com poucos recursos, muita organização e mobilização, os/as ocupantes se estabelecem como planejadores/as e executores/as habitacionais. Em outros termos, as novas Ocupações e seus moradores lutam e atuam pelo controle da produção de condições de vida na cidade - planejamento e organização do parcelamento e uso do solo; construção de equipamentos urbanos como creches, espaços de cultivos de alimentos, centros culturais e centros de formação e mobilização política; e formação de associações e cooperativas produtivas; entre outros aspectos.

Ao indagar sobre o que há de novo nas Ocupações Urbanas, o artigo aborda a dinâmica entre “novos” e “velhos” movimentos por habitação, entre “velhas” e “novas” ocupações em Belo Horizonte, tendo em vista contextualizações de lutas passadas e estudos sobre Ocupações Urbanas atuais, fundamentados em experiências no contexto mais amplo desde 2009. Nessa linha, o trabalho constitui um esforço para apreender as novas Ocupações Urbanas como atores coletivos fundamentais às lutas por habitação, a partir das quais é possível identificar uma radicalização da busca por melhores cotidianos urbanos?

Em conformidade com a perspectiva teórica dos novos movimentos sociais⁴, o esforço de abordagem dos atores sociais em foco demonstra que alguns processos são inseparáveis: a construção de significados compartilhados, suas ações e suas interações com outros atores que desembocam no processo dinâmico de construção de identidades coletivas. A luta de movimentos urbanos pela habitação não se reduz à luta pela moradia no interior de um território ocupado, como também não necessariamente se contrapõe a ela. Ao ocupar um terreno ou um edifício, integrantes de uma Ocupação não se mobilizam em torno apenas de sua moradia, mas constroem a possibilidade de habitar e tomar decisões efetivas no processo de produção da cidade.

Seguindo-se a essa discussão introdutória, o artigo desenvolve-se em outras três seções. A segunda seção traz reflexões acerca da construção e dissolução de identidades coletivas dos atores sociais focalizados, suas ações e inter-relações, amparando-se em conceitos recorrentes nos estudos sobre movimentos sociais e ação coletiva. Busca-se explorar o que há de novo nas chamadas novas ocupações urbanas e nos movimentos sociais que as acompanham, apontando-se a centralidade do cotidiano urbano ou o sentido compartilhado de valorização da vida cotidiana na cidade. Na terceira seção discorre-se brevemente sobre aspectos do contexto político da luta por habitação em Belo Horizonte desde a redemocratização do país. Argumenta-se que antigas estratégias, desde a origem de Belo Horizonte como “cidade planejada”, foram sendo sucedidas por novas estratégias e formas de ação coletiva, em um processo de renovação de mecanismos de ocupação do espaço urbano. As atuais Ocupações, nesse sentido, representam o enfrentamento ao contexto vigente de reprodução de condições cotidianas violentas, repetidamente absorvidas na trajetória de desenvolvimento da cidade em processo de metropolização. Por fim, na quarta e última seção, que traz as considerações finais, discute-se que, ao levantar pautas cada vez mais atreladas à vida cotidiana na cidade, os movimentos e organizações sociais evidenciam que habitar não se reduz a viver numa moradia ou num bairro, mas que se trata de uma luta pelo poder de decidir quais são as melhores condições para se viver numa grande cidade, por meio do exercício mesmo deste cotidiano. Assim, destaca-se que uma Ocupação constitui um fenômeno complexo, resultante de uma luta ativa, desde as vivências, experiências e experimentalismos

⁴Sobre a vertente dos novos movimentos sociais, ver Melucci (1980, 2013); Cohen e Arato (1992); Gohn (2017); Carlos (2009); e Bringel (2012), dentre outros autores.

cotidianos que, por seu ineditismo, enquanto desdobramento de impasses e conflitos passados, tensiona o sentido de vida cotidiana.

O trabalho recorre a uma abordagem metodológica qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com foco nas novas Ocupações em Belo Horizonte, considerando 2009 como marco até o contexto atual. Fundamenta-se sobretudo em revisão bibliográfica de conveniência sobre os movimentos sociais de luta por habitação na cidade, tais como Somarriba (2006), Bedê (2005), Nascimento (2011), Brasil *et al.* (2017) e Maia, (2019); ao lado de trabalhos voltados para a abordagem das novas ocupações, como (Mayer, 2015), Nascimento e Libânio (2016), Bittencourt *et al.* (2016), Dias e Dectat (2018), Paulinelli *et al.* (2012, 2019), Dias *et al.* (2020), Aragão *et al.* (2021); Lelis (2023), Campos (2023), Dias *et al.* (2015). Dentre as abordagens, incluem-se trabalhos que são frutos de pesquisas engajadas nas Ocupações, a saber, Lourenço (2014, 2022), Freitas (2015) e Bittencourt (2016). Mais além, recorre-se a levantamentos documentais na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a partir das palavras-chave “ocupações urbanas Belo Horizonte”.

Novos atores em cena e ação coletiva

Como se dá o surgimento de novos sujeitos políticos? Como delimitar seu ineditismo? Em que medida a criação de novas lutas pode ser apreendida enquanto desdobramento de lutas passadas? A essas questões, que interrogam sobre o surgimento do novo, correspondem novos esforços de compreensão das ciências sociais. A própria definição e caracterização dos diversos atores coletivos, tais como um movimento social de luta por habitação, é uma das problemáticas centrais na produção de conhecimento no campo da sociologia. Por este ângulo, cabe questionar: como se dá a formação e dissolução dos atores coletivos, suas transformações no decurso de sua trajetória e, paradoxalmente, de sua manutenção?

Sob a vertente dos novos movimentos sociais desenvolveram-se esforços no sentido de analisar a contemporaneidade dos conflitos sociais, da ação coletiva e dos movimentos sociais. Melucci (2003) destaca-se pelas suas contribuições relativas à identidade coletiva, que, para ele, não se desenlça da construção e negociação de significados, das relações com outros atores e do reconhecimento entre eles. Para Melucci, a ação coletiva tem caráter de construção social porque se sustenta por meio de redes de interações e negociações. Ao buscar uma análise da identidade do sujeito que age coletivamente, emerge sua dimensão relacional, que não se reduz nem às condições materiais sócio-historicamente estruturadas nem ao somatório de inclinações ideológicas, preferências e valores pessoais dos indivíduos que compõem o coletivo (Melucci, 2003). O autor procura, com isso, ir além do dualismo entre estrutura social e subjetividade.

Em sentido aproximado, Carlos (2009) enfatiza a rede social como conceito capaz de interpretar os movimentos sociais contemporâneos porque adquire a premissa da inter-relação entre atores como estruturante da vida social. Para a autora, a formação do ator coletivo é um processo de reconhecimento multifacetado, onde o coletivo se reconhece e é reconhecido por outros atores que negociam e tomam decisões entre si num processo plural e instável de tensionamento entre interesses e (in)diferenças.

Os atores coletivos desenvolvem suas ações coletivas a partir de um processo de construção de uma identidade que ultrapassa a dimensão individual. Ou seja, o recorte individual do sujeito no interior do grupo é suporte para algo mais amplo que a simples somatória destes recortes: a formação de uma identidade coletiva. Atores coletivos se formam reconhecendo-se reciprocamente, ainda que por meio de antagonismos, enfrentamentos e rivalidades.

Se o esforço de delinear noções como ação coletiva e identidade coletiva chama a atenção, a dinâmica social, nestes termos, é protagonizada por atores coletivos que agem não só a partir de suas condições socioeconômicas estruturalmente constituídas ou de conflitos redistributivos relativos à esfera de reprodução ou do consumo coletivo, mas também ancorado em valores e crenças, visões de mundo, hábitos e interesses heterogêneos de quem integra a coletividade.

Melucci (1996) aponta para as bases estratégicas de ação coletiva, considerando o ambiente externo como um fator relevante na sua moldagem. Sua perspectiva alinha-se com Cohen e Arato (1992), que apontam para as dimensões estratégicas e expressivas da ação, enunciadas como não necessariamente excludentes. As dimensões expressivas estão assentadas em elementos culturais e bases identitárias da ação coletiva. Já do ponto de vista estratégico, a ação encampa a consideração das restrições e das possibilidades de sua realização, além de prever consequências. Aparentemente oposto a uma espécie de cálculo cognitivo para agir coletivamente, os atores investem libidinalmente no processo, ou seja, criam um sentimento de pertencimento compartilhado, mesmo que atravessado por conflitos, impasses e dissensos.

Nessa direção, Melucci (1980, 1989, 2003) e, adiante, Carlos (2009) refutam a oposição entre cálculo cognitivo e pertencimento subjetivo, ao evidenciar a inter-relação entre atores como fundamental para analisar a formação de coletividades, suas ações e identificações. Nesse sentido, a identidade coletiva não se constitui como uma essência do grupo e Melucci (2003) alerta que a supervalorização da identidade pode criar uma visão estanque e cristalizada dos movimentos sociais. Para ele, é possível compreender os movimentos como uma rede de ações coletivas, e não como uma “entidade que se move junto com a unidade dos propósitos a eles atribuídos pelos seus ideólogos ou oponentes. Eles são sistemas de ação, complexas redes entre diferentes níveis e sentidos da ação social.” (Melucci, 2013, p. 53)⁵.

Desse modo, coletividades forjam conexões instáveis, contingentes e heterogêneas, e possuem aspectos insondáveis, tanto para os próprios atores quanto para os pesquisadores que os investigam. Conforme Melucci,

A noção de uma certa estabilidade e permanência no tempo parece contrastar com a ideia dinâmica de um processo. Não há dúvida de que, num dado momento, os atores sociais tentam delimitar e estabilizar uma definição de si próprios. O mesmo acontece com os observadores. Mas o conceito de identidade coletiva, pode precisamente ajudar a explicar que aquilo que aparece como uma realidade dada, mais ou menos permanente, é sempre o resultado, pelo menos em certa medida, de um processo ativo que não é imediatamente visível. Melucci (2003, p. 45-6)⁶

Ainda nessa perspectiva, Melucci (1996) sustenta que a construção da identidade coletiva é processual e refere-se ao processo interativo por meio do qual os indivíduos ou coletivos definem o significado compartilhado de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos

⁵ Tradução livre. No original: “(...) entities that move with the unity of goals attributed to them by their ideologues or opponents. They are systems of action, complex networks among the different levels and meanings of social action.” (Melucci, 2013, p. 53)

⁶ Tradução livre. No original: “The notion of a certain stability and permanence over time seems to contrast with the dynamic idea of a process. There is no doubt that at any given moment social actors try to delimit and stabilize a definition of themselves. So do the observers. But the concept of collective identity as defined here can precisely help to explain that what appears as a given reality, more or less permanent, is always the result, at least to a certain extent, of an active process that is not immediately visible.” (Melucci, 2013, p. 45-6)

para a ação. Esse processo não é linear, mas dinâmico, complexo e contraditório, atravessado por conflitos e negociações entre os participantes. Para além desse processo interno, a construção da identidade coletiva remete às relações entre o ator coletivo com outros atores e redes, contendo uma tensão entre a definição que o movimento se dá e o reconhecimento conferido pelo resto da sociedade.

A identidade coletiva é um conceito que busca apreender a dinâmica social, ou seja, trata-se da abordagem de um movimento processual no âmbito das relações sociais e há uma dimensão irreduzível, imprevisível das relações entre atores coletivos. Assim, anunciar um movimento social como radicalmente novo é uma tarefa senão difícil, inviável de se realizar ou até mesmo ineficaz, considerando aproximações e distanciamentos entre os diversos atores coletivos. Caracterizar movimentos como novos ou velhos, como um artifício conceitual para análise de atores coletivos contemporâneos é inevitavelmente paradoxal: identificar o que se define como nova estratégia exige identificar os limites daquilo que foi abandonado, daquilo que se expressa como estratégia predecessora.

É a partir deste paradoxo que a problemática do que há de novo nos movimentos contemporâneos se complexifica. Se novos sujeitos políticos inauguram estratégias necessariamente com base em contextos histórico-culturais e em repertórios de antigos atores, é possível dizer que as inter-relações entre atores do passado e/ou do presente, ao mesmo tempo que se renovam, se reproduzem. Uma coletividade que se transforma opera uma mudança também nas conexões que a constituiu, afetando outros atores, que tendem igualmente a se reposicionar.

A capacidade autônoma de produzir e reconhecer a realidade coletiva como um “nós” é uma situação paradoxal: ao afirmar a sua diferença em relação ao resto da sociedade, um movimento afirma também a sua pertença à cultura comum de uma sociedade e, como já posto, a sua necessidade de ser reconhecido como um ator social. O paradoxo da identidade é sempre que a diferença, para ser afirmada e vivida como tal, pressupõe uma certa igualdade e uma certa reciprocidade. (Melucci, 2003, p. 48)⁷

Considerando essa contradição inerente ao processo de construção de identidades, o que há de novo nos movimentos sociais contemporâneos opera como uma continuidade das ações e identificações dos velhos movimentos, sem que o aspecto “inédito” de um ou outro, em seus respectivos contextos, seja necessariamente abandonado.

As Ocupações Urbanas, também chamadas de novas Ocupações, se mobilizam a partir de ações coletivas que se desdobram no estabelecimento de um conflito social urbano. Argumenta-se aqui que este conflito tem aspectos novos porque se dá, em última instância, em torno do controle sobre a produção das condições para exercício da vida cotidiana. A questão formulada aqui trata de interrogar em que medida as Ocupações em foco são novas porque refletem um acirramento desta disputa pelo cotidiano. O aspecto inerentemente contraditório das relações entre atores sugere que a vida cotidiana que se desenvolve na cidade se reproduz ao mesmo tempo que se renova: desde os primeiros passos para construção de Belo Horizonte, pessoas com trajetórias marcadas pela vulnerabilidade habitacional buscam construir novas estratégias de luta e resolução de impasses; na mesma medida, a exclusão predominante no desenvolvimento

⁷ Tradução livre. No original: “The autonomous ability to produce and to recognize the collective reality as a “we” is a paradoxical situation: in affirming its difference from the rest of the society, a movement also states its belonging to the shared culture of a society and its need to be recognized as a social actor. The paradox of identity is always that difference, to be affirmed and lived as such, presupposes a certain equality and a certain reciprocity.” (Melucci, 2013, p. 48)

da cidade reproduz incessantemente as condições de déficit habitacional, remontando cotidianos repetitivamente violentos.

Dessa forma, contraditoriamente, movimentos por habitação se renovam e se reproduzem, tanto ao enfrentar as condições historicamente formadas na cidade quanto ao criar estratégias que visam mais controle e decisão sobre aspectos que consideram decisivos. As novas Ocupações são um traço marcante dessas criações estratégicas, já que a organização coletiva da vida cotidiana no território ocupado é um aspecto que permite a identificação de uma Ocupação como tal. Seria o cotidiano urbano a expressão mais fiel à identidade coletiva das novas Ocupações Urbanas na RMBH?

Vale ressaltar que o tipo de estratégia que as Ocupações representam é herdeiro de lutas em que o direito à cidade⁸ e a reforma urbana⁹ já integravam seus horizontes de transformação. Ou seja, a pauta da luta pelo cotidiano urbano não é uma invenção de novos movimentos ou das novas ocupações, mas eles operam um aguçamento deste aspecto, fundamentalmente num contexto de esgarçamento da política habitacional e de pressão para ampliação da ação direta como mecanismo de sua execução forçada.

Ocupações Urbanas em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, ocupar terras para garantir uma moradia é uma prática que acompanha a formação e o desenvolvimento da cidade. Depois de escolhido o sítio sobre o qual se assentaria a nova capital do estado de Minas Gerais, em 1895, foi criada a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), incumbida de conceber o projeto de cidade e executá-lo. Havia, contudo, no território selecionado, o arraial Curral Del Rey, fundado no início do século XVIII. No processo de desapropriação do arraial, as primeiras movimentações de terra para implantação da cidade funcionaram como remoção de moradores, dos quais boa parte passou a figurar como ocupante.

Nos primeiros meses da instalação da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) no arraial teve início o processo de expulsão dos curralenses de suas terras, desapropriadas pelo Estado pouco tempo após a escolha da esplanada do arraial para abrigar o sítio da nova capital. A aversão à população local pelos técnicos e engenheiros era clara e explícita, presente em diversas publicações do período. [...] E qual o destino da grande maioria dos curralenses? A resposta era evidente. Seu destino seriam as favelas formadas nas proximidades dos canteiros de obras e os locais mais afastados do moribundo arraial, agora ocupado por membros da Comissão e por especuladores estabelecidos no Potosi mineiro. (Borsagli, 2016, p. 48-49)

É notório, portanto, que a noção de ocupação na formação e desenvolvimento de Belo Horizonte é ampla e acompanha as transformações da cidade ao longo de todo o século XX. Já na

⁸O termo direito à cidade tem sido utilizado em vários campos de produção de conhecimento, sob incontáveis perspectivas. Aqui, levando-se em conta a obra de Henri Lefebvre, o direito à cidade é um horizonte de transformação social e espacial para o qual a cidade, enquanto produto histórico das relações sociais capitalistas, seria produzida a partir de seu valor de uso, o que, em alguma medida, sugere a superação do capitalismo.

⁹A agenda da reforma urbana se destaca desde as lutas sociais implicadas na construção da emenda popular à Assembleia Nacional Constituinte por meio do Movimento Nacional de Reforma Urbana. Nas décadas seguintes, essa agenda se amplia a partir dos movimentos nacionais de moradia, associações e redes, e de sua articulação no Fórum Nacional de Reforma Urbana (Brasil *et al.*, 2017).

passagem da década 1920 para 1930, o poder público atuava no sentido de favorecer a ocupação de especuladores imobiliários.

Com a continuidade da expansão urbana garantida pelo Estado, os agentes econômicos começaram a ganhar força na capital, onde o poder público se destacava como o principal agente transformador do espaço. Em seguida aparecem as corporações imobiliárias e os proprietários fundiários que agem de maneira diferenciada. Em muitos locais em que as intervenções tiveram a influência direta do poder público, esse foi pressionado por grupos sociais que posteriormente explorariam as terras despovoadas, loteando-as ou atuando como agentes especuladores. (Borsagli, 2016, p. 124)

O planejamento da cidade, feito pela CCNC, previu duas grandes classificações: uma Zona Urbana, delineada, entre outras coisas, para abrigar o aparato administrativo da capital, e uma Zona Suburbana, delimitada como território circundante à Zona Urbana. Até o início da década de 1930, a Zona Suburbana, para além de ser a região com maior número de moradores, acumulava também práticas de ocupações de imóveis ociosos e conflitos delas decorrentes. Conforme Borsagli,

As divisões dos grandes terrenos, geralmente sítios ou fazendas e terrenos públicos que faziam parte do cinturão verde de Belo Horizonte e anexados à zona suburbana, tornaram-se um problema para a municipalidade, conivente com os empreendimentos. Os proprietários aproveitavam-se das lacunas que existiam na legislação vigente e criavam as vilas, muitas delas tão distantes do centro da capital e da própria zona suburbana, que só receberiam os serviços de água, luz e transportes no decorrer da década de 1930. (Borsagli, 2016, p. 124-5)

O Brasil atravessa seu processo de urbanização, e é atravessado por ele, no decurso da segunda metade do século XX, acarretando transformações radicais nas cidades (Maricato, 1987), excludentes e desiguais. Nesse contexto, pautas reivindicatórias tradicionalmente vinculadas à luta trabalhista se transformaram de forma a apontar problemas mais diretamente vinculados às tarefas corriqueiras da vida no espaço urbano e aos bens coletivos e serviços urbanos, como moradia adequada, acesso ao abastecimento público de água e energia. Mesmo antes do golpe militar de 1964 já havia movimentos e organizações centradas na luta por melhores condições de vida cotidiana no território urbano, especialmente nas favelas. Estas mobilizações, em alguma medida, contribuíram para que, nas décadas seguintes à redemocratização, emergissem novos atores coletivos.

No contexto da capital mineira, das décadas de 1950 até o golpe militar de 1964, a luta por moradia deu origem à Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), atuante no período. A organização se notabilizou por seu caráter associativo, funcionando como um ambiente de interlocução entre as diversas organizações de favelados da cidade (Oliveira, 2012). A partir da segunda metade da década de 1970, as bases da referida Federação se rearticulam na União de Trabalhadores da Periferia (UTP) e, adiante, também se cria a Federação de Associações de Moradores de BH (FAMOBH) (Somarriba, 1996; Freitas, 2015).

Além disso, em Belo Horizonte e outras cidades, a partir da criação da Pastoral de Favelas, em 1977, constituem-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que se mostram como atores-chave no contexto autoritário e de redemocratização, que se configuram como espaços para formação de movimentos sociais e atores coletivos (Doimo, 1999), envolvendo moradores de favelas e periferias que se reuniam tanto para exercitar sua religiosidade quanto para encontrar soluções

para os impasses da vida cotidiana. A pastoral, em sua atuação, já preconizava a função social da propriedade e a regularização fundiária. Nesse sentido, ambas estimularam o crescimento de movimentos e organizações político-territoriais na cidade, o que se traduziu também na criação, na maioria das favelas, de um número significativo de associações de moradores. (Conti, 2004)

No contexto da redemocratização, os movimentos de moradia associados com outras organizações sociais - sindicatos, universidades, organizações não governamentais etc - se engajaram na luta pelo direito à cidade, que envolve não somente o direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, mas também o direito à criação, à atividade participante e à apropriação da cidade pelos sujeitos (Ferreira, 2012), articulam-se no Movimento de Reforma Urbana no período da Assembleia Nacional Constituinte e, adiante, no Fórum Nacional de Reforma Urbana.

Ao final da década de 1980 dois grandes movimentos de moradias se constituíram em âmbito nacional: a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), O primeiro, criado em 1989, volta-se para a mobilização autogestionária de movimentos por moradia, e o segundo, em 1990, materializa-se por grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos. (Ferreira, 2012). São movimentos que, com forte influência das CEB's, se organizam em núcleos de pessoas sem-casa - base para articulação e elaboração de propostas visando a participação popular nas políticas públicas de habitação.

Na trajetória de luta por habitação em Belo Horizonte, de acordo com Bedê (2005), é possível distinguir duas linhagens de movimentos populares na luta por moradia: o movimento de favelas, que surge antes da ditadura militar, e o movimento dos sem casa, que surge nos anos 1980. Embora tenham trajetórias diferentes, mantêm semelhanças e convergências no que diz respeito a suas bases e propostas. (Bedê, 2005).

As mobilizações desses grupos de movimentos reuniram esforços para incidência na política municipal. Enquanto os movimentos de favelas foram centrais na criação do Profavela¹⁰ e na previsão de regularização fundiária na legislação municipal de uso e ocupação do solo, ocorrida em 1986, os núcleos de sem-casa viram suas pautas se desdobrarem na construção da política habitacional, incluindo uma infraestrutura participativa, a partir do governo da Frente BH-Popular, iniciado em 1993, com sua agenda democrático-popular.¹¹ Para Bedê (2005, p. 87) , “a maioria das lideranças de ambos os movimentos se envolve na campanha da Frente BH-Popular e deposita muitas expectativas na nova administração”.

A despeito da relativa continuidade da referida política na década seguinte, seus limites já se evidenciavam com a ocupação por 379 famílias de um terreno ocioso na região do Barreiro, em 1996, numa localidade conhecida como Vale do Jatobá. As famílias, organizadas em núcleos de sem-casa e inscritas no Orçamento Participativo da Habitação, o OPH¹², ao notar que a demanda

¹⁰ Programa Municipal de Regularização de Favelas, criado em 1983 a partir de mobilizações de movimentos de moradia e entidades apoiadoras, buscava reconhecer as favelas como parte da cidade, e atribuir a seus ocupantes, o direito de usufruírem da cidade, mesmo antes do momento mais forte de efervescência política em torno da redemocratização e do novo projeto constituinte (Freitas, 2015).

¹¹ Formada pelos partidos PT, PSB, PC do B, PCB e PV, venceu as eleições municipais de 1992, dando início à gestão de Patrus Ananias em Belo Horizonte. A coalização se renovou nos governos seguintes, com relativa continuidade no governo Célio de Castro (1997-2001) e Fernando Pimentel (2001-2008), em que pesem distinções.

¹² O Orçamento Participativo constitui uma instituição participativa inicialmente implementada em Porto Alegre em 1989, difundindo-se nas décadas seguintes. (Avritzer; Navarro, 2003). Em Belo Horizonte, que constituiu o Orçamento Participativo em 1993, no início do governo Patrus Ananias da Frente BH-Popular, foi criada uma vertente específica para habitação, o OPH. (Azevedo; Guia, 2001)

pela moradia seria maior que a quantidade ofertada pelo município, deram origem à Ocupação Corumbiara, em um terreno de propriedade particular, organizada pela Liga Operária (LOP) e pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR). Para Lourenço (2014, p. 26), a Ocupação Corumbiara “representa uma espécie de mito de fundação” da fase mais recente de ocupações urbanas.

As Ocupações Urbanas são tributárias do contexto sócio-político na cidade, no qual tantos grupos de favelados quanto de sem-casa travaram embates para a construção de políticas habitacionais participativas e de interesse popular. O desdobramento dessas lutas ensejou as condições pelas quais as novas Ocupações inicialmente se estabeleceram: os limites das políticas de habitação social em face à magnitude da demanda implicaram a ação coletiva direta destes atores.

Ao entrar num imóvel desocupado, de forma rigorosamente sigilosa, entre outras razões para que não haja interferência de nenhum setor do poder público, famílias que pretendem formar uma Ocupação estabelecem estratégias para permanência no território, para enfrentamento às forças de segurança e para construção de futuros canais de negociação. Essas estratégias representam uma espécie de política habitacional forçada, sem formar vínculos diretos com os quadros institucionais do município, estado ou União. Os episódios que sintetizam a formação de atores como o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) e as Brigadas Populares são um indicativo desse aspecto autonomista das Ocupações.

Em 1989, três anos após a criação da Ocupação Corumbiara, e a partir desse processo, constitui-se o Movimento de Lutas nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), que se tornou uma organização ativamente engajada na formação e manutenção de Ocupações em vários estados do Brasil (Lourenço, 2014). Em 2012, em Belo Horizonte, o MLB deu origem à Ocupação Eliana Silva; em 2015, à Ocupação Paulo Freire; e em 2017, à Ocupação Carolina Maria de Jesus -, territórios que hoje funcionam como moradia, formação política e de laços sociais a muitas famílias (Mayer, 2015; Dias *et al.*, 2020).

Em 2005 é criada as Brigadas Populares, um movimento iniciado por ativistas e estudantes predominantemente do curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir do Núcleo de Estudos Marxistas. No ano seguinte, as Brigadas construíram a Ocupação Caracol, em um edifício no bairro Serra, que integra as regiões da cidade mais valorizadas pelo mercado imobiliário. As 15 famílias ocupantes, oriundas da favela da Vila Cafezal, conseguiram resistir durante dois meses no local antes de serem despejadas. Nos anos que se seguiram, as Brigadas estiveram implicadas nas reiteradas tentativas de criação da Ocupação João de Barro. Neste sentido, parte das famílias envolvidas buscou (re)construir a João de Barro II e depois a João de Barro III (Lourenço, 2014). As Brigadas atuaram junto à comunidade e a outros atores coletivos na Ocupação Dandara em 2009 (Lourenço, 2022; Victor, 2023), que demarca um período de expansão, nos anos seguintes, das Ocupações na cidade, configurando um fenômeno de magnitude considerável. Além da Ocupação Camilo Torres, que se estabelece a partir de 2008, as Brigadas também tiveram participação na organização das Ocupações Tomás Balduino, iniciada em 2013, e Vicentão, em 2018, entre outras (Dias *et al.*, 2020).

Assim, nesses processos de mobilização em torno da luta por moradia, ressalta-se, ao lado das comunidades que se organizam, a emergência e atuação de novos atores coletivos que têm um papel importante nas novas Ocupações, como as Brigadas Populares e o MLB. Outros atores também se colocam eventualmente em cena nas Ocupações ou como redes de apoio, desde a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento Sem Terra, ao Fórum de Moradia do Barreiro. Além disso, podem ser citadas ainda assessorias de coletivos de profissionais de arquitetura, como os

Arquitetas sem Fronteiras, e de direito, como o coletivo Margarida Alves, além de universidades e estudantes.¹³

Para além das aproximações e conjunções entre os diversos atores envolvidos nas novas Ocupações, Lelis (2022, p. 441) problematiza possíveis disjunções, afirmando que, enquanto para os movimentos e ativistas apoiadores as ocupações constituem “uma forma de mudar o mundo e abrem um universo de possibilidades para construir um mundo diferente, pautado na noção de comum, para os moradores elas são uma forma de participar do mundo em condições de igualdade, de construir seu lugar no mundo.” A autora sublinha a luta cotidiana dos moradores, “contra as diversas formas de sofrimento às quais são expostos todos os dias, quando a sociedade lhes diz que não os reconhece como parte dela, em razão da forma como tentaram se integrar.” (p.440)

Bedê (2005) reporta a singularidade das novas Ocupações pela forma de organização da população e pelo planejamento com demarcação regular de lotes. Sublinhando que as Ocupações contemporâneas têm “exercido e reivindicado, de forma continuada, o direito à moradia de seus habitantes”, Dias *et al.* (2020, p. 49) buscam distingui-las de ocupações informais precedentes, referindo-se ao processo coletivo e organizado dos moradores, com movimentos sociais e outros atores, configurando uma ampla rede de apoio social. Os autores apontam que essas comunidades têm sido planejadas pelos moradores, não raro com suporte de arquitetos populares, de modo que se pode observar uma “espacialidade bem específica, muitas vezes dotada de áreas coletivas ou propensas ao uso coletivo e da qual é possível se apropriar” (Dias *et al.*, 2020, p.51).¹⁴ A Ocupação Dandara (2009) pode ser considerada emblemática desse processo, envolvendo a elaboração - em conjunto com os moradores - de um plano urbanístico, diretrizes de uso e ocupação (Nascimento e Libânio, 2016; Brasil, 2017, Lourenço, 2022; Vitor, 2023).¹⁵

A judicialização envolvendo as disputas fundiárias são recorrentes nas novas Ocupações, contexto em que as redes de apoiadores mostram-se importantes aliados dos moradores. Como ilustração, as Ocupações na região do Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), que se estabeleceram em 2013, sob ameaça de remoção, mobilizaram ações coletivas de uma ampla rede de apoiadores por meio das redes sociais. Nesse sentido, observa-se a emergência de formas de ação coletiva por meio das redes sociais, que podem ser remetidas às reconfigurações recentes do ativismo, nos termos de Perez (2019), pautadas pela fluidez, ação múltipla e pontual, horizontalidade e autonomia.

Diversos estudos¹⁶ sugerem que a política municipal de habitação, desde o final da década de 2000, se enfraqueceu consideravelmente, o que criou um cenário em que pessoas em situação

¹³ Sobre os diversos atores que têm participado nesses processos nas novas Ocupações, ver, dentre outros, Nascimento e Libânio (2016); Brasil *et al.* (2017); Dias *et al.* (2022); Lourenço (2014, 2022).

¹⁴ Essa distinção é problematizada por Lelis (2022, p.439): “A operação conceitual de distinção realizada pelos promotores das ocupações busca distingui-las das favelas em razão da percepção negativa que a sociedade tem destas últimas. Essa distinção cria também uma hierarquia e contribui para o aprofundamento do estigma social em torno das favelas. [...] Ela acontece em dois momentos: (a) no momento inicial, em que a auto-organização dos moradores para a construção de uma favela é reduzida a espontaneidade, enquanto a hetero-organização na construção das ocupações é vista simplesmente como “organização”; e (b) no ordenamento territorial definido pelo plano urbano seguido pelas ocupações, o qual, no caso das favelas, ou não existe ou não é feito por especialistas.”

¹⁵ Especificamente sobre a Ocupação Dandara, ver o relato de Lourenço (2022), ele próprio participante do processo como estudante, integrante do Escritório de Integração da PUC-MINAS e adiante arquiteto, sendo responsável pelo plano urbanístico em conjunto com os moradores.

¹⁶ Ver, a respeito, Carneiro *et al.* (2010); Lourenço (2014), Bittencourt (2016), Dias e Declat (2018), Maia (2019), Brasil *et al.* (2020).

de vulnerabilidade habitacional são forçadas a enfrentar suas condições a partir de seus próprios e poucos recursos. Com a progressiva desconstrução de políticas públicas e de canais de participação institucionalizada, ao lado da pouca disposição dialógica do governo local a partir de 2009, evidenciam-se a predominância da ação direta e a expansão das Ocupações nos anos seguintes, que ganham impulso no contexto das jornadas de 2013 e de diversas mobilizações na cidade desde o início da década (Brasil *et al.*, 2017).¹⁷ Nesse contexto, em virtude das disputas fundiárias, Lourenço (2022, p. 182-183) reporta a ocupação da entrada do prédio da PBH por três semanas, principalmente por moradores e movimentos apoiadores da Ocupação Dandara, impulsionando negociações com o governo municipal e marcando a retomada de ações de cunho mais institucionalizado.

Em 2016, um estudo realizado na Escola de Arquitetura e Design da UFMG catalogou 24 Ocupações na RMBH, onde viviam cerca de 14 mil famílias, contabilizando um total de 55 mil moradores (Bittencourt *et al.*, 2016). Noutro estudo, realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 2020, 30 Ocupações já haviam construído 15 mil unidades habitacionais desde 2009. Neste mesmo período, segundo dados da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL)¹⁸, a produção habitacional realizada por programas federais e municipais foi de quase 8 mil moradias - 167 pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR); 1.448 pelo Orçamento Participativo da Habitação; e 6.313 pelo programa Minha Casa, Minha Vida. (Paolinelli *et al.*, 2020, p. 268). Esses dados sintetizam um fato: a magnitude numérica da produção habitacional realizada pelas Ocupações ultrapassa a provisão de moradias oferecidas pelo poder público no período mencionado. Mais além, como reportam Emiliana e Dias (2021), com o agravamento da pobreza novas áreas passam a ser ocupadas no contexto da pandemia de covid-19. A partir do monitoramento da PBH, os autores registram um total de 177 Ocupações, abrigando mais de 100 mil pessoas em 2021.

Não seria suficientemente rigoroso analisar o cenário da política habitacional em Belo Horizonte a partir do início da segunda década do século XXI sem mencionar a criação de novas Ocupações e os movimentos sociais que as apoiam. Como já posto, o termo Ocupações Urbanas em letras maiúsculas tem em vista reforçar que se trata de estratégias coletivas que atuam neste contexto de esgarçamento de políticas e programas públicos e de ampliação da ação direta como propulsora efetiva da provisão habitacional. A força do ativismo de moradores ocupantes pode ser examinada, guardadas as diferenças, desde o período de construção da cidade, através do equacionamento possível do problema habitacional realizado com seus próprios recursos - materiais, políticos, intelectuais etc. Ao não encontrar soluções possíveis para seus problemas no âmbito das políticas habitacionais e provisão de moradia pelo poder público, as pessoas sem casa ocupam espaços urbanos desocupados. A recorrência dessa prática sugere sua caracterização como resposta aos déficits da atuação governamental por meio de ações coletivas.

Velhas e novas organizações de luta por habitação se inscrevem em uma continuidade, cada uma inserindo sua parcela de novidade, e ao mesmo tempo, reproduzindo estratégias que integram repertórios histórico-culturais de atores coletivos predecessores. Portanto, cabe caracterizar a formação recente de Ocupações como aquela que não só luta radicalmente *por*

¹⁷ Em 2009 assume o governo Márcio Lacerda, que permanece até 2016, implicando inflexões no sentido de seu esvaziamento nas políticas públicas e nas instâncias de participação (Maia, 2019). Em 2017 assume Alexandre Kalil retomando, no período, diálogos com movimentos sociais. O prefeito se mantém à frente da PBH até 2022 quando assume seu vice, Fuad Noman, reeleito em 2023.

¹⁸ A URBEL é uma autarquia criada em 1986 para operar, entre outras coisas, na articulação interinstitucional e no contato com as comunidades de famílias beneficiárias de programas habitacionais. (Conti, 2004, p. 195)

melhores condições de exercício da vida cotidiana em meio urbano, mas o faz *através* desse mesmo cotidiano. Reunindo recursos pessoais e familiares e dando origem a territórios com vulnerabilidades de vários tipos, as pessoas ocupantes se mobilizam para construir a cidade, metafórica e literalmente: concepção de quadras, ruas, lotes e equipamentos de interesse público como áreas de preservação ambiental, reiteração de pautas como direito à cidade e reforma urbana, denúncia do não cumprimento de normas estabelecidas como a função social da propriedade, e desenvolvimento de laços de pertencimento e vizinhança. É nesse sentido que as Ocupações contemporâneas constituem atores que atuam em correspondência com significados e pautas compartilhadas que ancoram sua identidade coletiva: a luta direta pelo controle da produção de condições para o exercício do cotidiano urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A difusão das Ocupações na RMBH é parte de um confronto que tem como horizonte a produção de condições para que a reprodução e a renovação das relações cotidianas possam ser governadas pelos seus próprios viventes. A dedicação de moradores e moradoras, ativistas e militantes, lideranças e apoiadores das Ocupações para constituir uma identidade compartilhada mostra-se indissociável da construção da cidade. Com estratégias de ação que se desdobram no estabelecimento de um território semelhante a um bairro na cidade, os ocupantes produzem a cidade, em suas dimensões socioespacial e subjetiva. O embate que travam, no âmbito do conflito fundiário urbano, é constituído pelas relações internas e externas ao ator coletivo ocupante, ou seja, a estratégia política das novas Ocupações é constituída pela própria vida cotidiana dos que ocupam, delimitada pelo emaranhado de inter-relações que estabelecem.

A construção e manutenção de creches, centros de convivências, hortas coletivas e quintais produtivos, cooperativas, execução de melhorias habitacionais e urbanísticas em regime de mutirões, dentre outras iniciativas no território ocupado são esforços para que haja reconhecimento por parte do Poder Judiciário, do Poder Executivo, da opinião pública, e de possíveis apoiadores e suas redes. Mas não só: são ações coletivas que constituem e dão sentido à própria Ocupação. Assim, o termo que parece sintetizar a identidade coletiva entre as novas Ocupações é a expressão *cotidiano urbano*, inserida no título deste artigo para evidenciar esta argumentação.

Como discutido, o processo de formação da identidade coletiva é constituído de forma dinâmica no interior da rede de inter-relações e interações do ator coletivo em questão. Tanto apoiadores e movimentos sociais quanto proprietários e agentes do poder público são conexões por meio das quais as Ocupações se identificam, aptas para agir em conformidade com mecanismos de reconhecimento em muitas direções. Não se trata apenas de classificar apoiadores e movimentos sociais como aliados enquanto proprietários de imóveis e poder público seriam meros opositores; fato é que, como aliados ou contendores, os “outros” incontornavelmente integram o processo de reconhecimento de uns “nós”. Isto é, a identidade dos sujeitos políticos coletivos se forma por meio de um necessário laço de reconhecimento com outros atores, sendo eles aliados ou oponentes, movimentos de contextos políticos antecedentes ou atuais.

Se a identidade coletiva é formada através das inter-relações entre atores, estabelecendo impasses, possibilidades, pertencimentos e inadequações, conflitos tais como aqueles que se desdobram das novas Ocupações configuram disputas por meio das quais a própria noção de cotidiano está sendo tensionada, uma vez que é por meio das relações cotidianas que uma Ocupação se sustenta. Ao que parece, em situações em que prevalece o dissenso e a oposição, os

atores coletivos são impelidos a delinear com maior precisão suas responsabilidades, pautas e projetos, sua identidade e ações coletivas. Ao encampar estratégias e táticas de contextos que se dissolveram, a luta das novas Ocupações aprofundou as reivindicações por melhores condições de exercício da vida cotidiana. Como reafirmado, mais do que reivindicar, o elemento constitutivo de uma Ocupação é o próprio cotidiano. Desse modo, a luta social por habitação, ao criar uma Ocupação, também cria, necessariamente, espaço urbano. Já que se trata de territórios onde diversas violências estruturais emergem com significativa clareza, em uma Ocupação luta-se pela tomada de controle na produção do cotidiano urbano, sob constante tensionamento. É o exercício de um cotidiano que se manifesta coletivamente na Ocupação que permite identificá-la como novo ator coletivo engajado no enfrentamento às exclusões e violências históricas, repetidamente constituídas na cidade.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, T. A.; SORAGGI, A. C. M.; CORRÊA, F. S. Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia. **Cadernos Metrôpole**, [S. l.], v. 23, n. 52, p. 1165–1192, set. 2021. DOI: 10.1590/2236-9996.2021-5214. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/41888>. Acesso em: 10 jan. 2025.

AVRITZER, L., NAVARRO, Z. (Org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, S.; GUIA, V. R. O orçamento participativo como política pública: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte. **Caderno CRH**, Salvador, v. 14, n. 35, 2001.

BEDÊ, M. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-6YGLGE>. Acesso em: 10 jan.2025.

BITTENCOURT, R. **Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-2015)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-AKJNM3>. Acesso em: 10 jan.2025.

BITTENCOURT, R.; NASCIMENTO, D. M; GOULART, F. **Ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Práxis, 2016.

BORSAGLI, A. **Rios invisíveis da metrópole mineira**. [S.l.], Clube de autores, 2016.

BRASIL, F.P.D; CARNEIRO, R. ; SILVA, T. S. A. ; MAIA, P. I. ; BECHTLUFFT, R. P. Cidade, movimentos sociais e reforma urbana: uma análise das ações coletivas em Belo Horizonte no século XXI. In: COKBURN, J. C.. (Org.). **Segregación socio-espacial en las ciudades latinoamericanas**. Buenos Aires: Editora Teseu, ALAS, CLACSO, 2019, p. 255-276

BRASIL, F.P.D; MAIA, P. I; ANELLI, F.; RESENDE, L. P. Política de Habitação Social e Movimentos de Moradia: participação, inclusão e novos repertórios de ação coletiva em Belo Horizonte. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 3 p. 1377-1402, 2020. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/822>. Acesso em: 10 jan.2025

BRIGADAS POPULARES. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 43-67, 2012. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v233>. Acesso em: 20 maio 2024.

CAMPOS, C. C.. Ocupações Urbanas como Movimento Social: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XX Enanpur, 2023, Belém. **Anais [...]** Belém, Anpur, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-39.pdf>. Acesso 20 nov.2024.

CARLOS, E. Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais. In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. **Anais [...]** Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em : <https://cdsa.academica.org/000-062/1699.pdf>. Acesso em 210 jan. 2025.

CARNEIRO, R. ; SOUZA, J. M. ; BRASIL, Flávia P.D. ; BARBOSA, T.. Habitação de interesse social: considerações a partir da experiência de Belo Horizonte. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, p. 7-16, 2010.

COHEN, J.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge: Mit Press, 1992.

CONTI, Alfio. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o Plano Global Específico. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v.11, n. 12; p.189-216, 2004.

DIAS, M.T.F; DECAT, T. L. Ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte: redistribuição como reconhecimento na luta pelo exercício do direito à moradia adequada. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1153-1177, 2018. Disponível em : <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/32339>. Acesso em 10 jan. 2025.

DIAS, M.T.F. *et al.* O direito social à moradia e o fenômeno das ocupações urbanas na RMBH. In. DIAS, M.T.F; CALIXTO, J.S. (Orgs). **As ocupações urbanas e o direito fundamental à moradia adequada na Região Metropolitana de Belo Horizonte** [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p.19-85. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/downloads/As-ocupacoes-urbanas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025

DIAS, M.T.F.*et al.* Ocupações urbanas em Belo Horizonte e a (re)construção espacial da cidade: um estudo de caso da ocupação Camilo Torres. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 205-223, 2015. Disponível em : <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/21784582.2015v49n2p205>. Acesso em:10 jan. 2025.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999.

EMILIANA, Cecília ; DIAS, Roger. Outro endereço do drama dos sem-casa, ocupações aumentam em BH. **Estado de Minas**, 12/07/2021. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/07/12/interna_gerais,1285640/outro-endereco-do-drama-dos-sem-casa-ocupacoes-aumentam-em-bh.shtml. Acesso: 09 dez 2024.

FREITAS, L.F. V. **Do Pro-Favela à Izidora**: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. 2015. 245 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-A3XHVA>. Acesso: 11 jan.2025.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, [1997]2017.

LELIS, Natália. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, p. 428-444, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p428>. Acesso: 09 dez.2024

LOURENÇO, T. C. B. **Cidade ocupada**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9QRGL5>. Acesso: 11 jan.2025

LOURENÇO, T. C. B.. **Com orde minha mesmo**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/46713>. Acesso: 11 jan.2025

MAIA, P. I. **Democracia, participação social e política urbana: o direito à cidade e a política habitacional de Belo Horizonte (1993-2018)**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://btd.ibict.br/vufind/Record/FJP-2_641d166c6eb088e8cf9b8e7a68b56707. Acesso: 11 jan.2025

MARICATO, E. **Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MAYER, J. G. M. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-A7TP7N>. Acesso: 11 jan.2025

MELUCCI, A. The process of collective identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (orgs.). **Social movements and culture**. London: Routledge, [1995] 2003. p. 41-63

MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. **Social Science Information**, Londres, vol. 19, n. 2, 1980.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, [S.l.], n.17, 1989; p.49-66. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/g4ySjtRNSbjW73tXTR4VNNs/>. Acesso em 11 jan.2025.

MELUCCI, A.. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: University press, 1996.

NASCIMENTO, D. M.; LIBÂNIO, Clarice (Eds). **Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é isso Aí, 2016.

NASCIMENTO, D. M. **A autoconstrução na produção do espaço urbano. Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 217-230, 2011.

OLIVEIRA, S. S. R. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964). **Revista Mundos do Trabalho**, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 100-120, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n7p100>. Acesso em 11 jan. 2025.

PEREZ, O. C. **Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho**. Opinião Pública, Campinas, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925357>. Acesso em: 11 jan. 2025.

PAOLINELLI, M. S.; CANETTIERI, T. *Ocupações urbanas e transformações recentes na luta pelo direito à moradia na RMBH*. In: MENDONÇA, J. (org) **Reforma Urbana e Direito à Cidade**: Belo Horizonte. Belo Horizonte. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

PAOLINELLI, M. S.; CANETTIERI, T. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metrópole**, [S.l.], v. 21, p. 831-854, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/SRHV9R9c65Qk4FvT9CBD9Xr/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11 jan. 2025.

SILVA, C. F. **O movimento de luta nos bairros, vilas e favelas (MLB) e a política de autogestão: análise de uma experiência no bairro Iputinga**. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal da Paraíba, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5813>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SOMARRIBA, M. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: DULCI, O. S.; NEVES, M. (Org.). **Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 57-72.

VICTOR, D.R. Comunidade Dandara em Belo Horizonte: representatividade histórica e social a partir dos logradouros. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v.20, n.30, p. 67-87, 2023. Disponível em : <https://seer.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/31041>. Acesso em: 11 jan. 2025.